



Circular Economy strategy FRAMEwork for sustainable SMEs

IO3: Guia de Implementação de Estratégias de Economia Circular

Isenção de responsabilidade:

Projeto n.º 2020-1-EL01-KA202-078870



Cofinanciado pelo
Programa Erasmus+
da União Europeia

O apoio da Comissão Europeia para a produção desta publicação não constitui um endosso aos conteúdos que refletem apenas as opiniões dos autores e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.



SIGMA



1.3. Fatores políticos

A viabilidade política está relacionada com oportunidades e barreiras à adoção da circularidade em organizações e empresas. A liderança política de um país ou de uma entidade como a União Europeia, pode contribuir tanto para a promoção da implementação da Economia Circular quanto para a sua não implementação.

Inicialmente, o que sabemos é que a evolução do conhecimento científico da EC está assente nas geografias políticas da China e dos países desenvolvidos, especialmente, dentro da União Europeia. Gradualmente, o conceito de EC emerge em novas geografias políticas. Os governos desses países, como a Nigéria e a África do Sul, têm trabalhado com o Fórum Económico Mundial da União Europeia para estabelecer a Aliança Africana de Economia Circular.

Em 2015, a Comissão Europeia adotou o seu primeiro plano de Ação para a EC, que incluiu medidas para ajudar a estimular a transição da Europa para a EC, impulsionar a competitividade global, promover o crescimento económico sustentável e gerar novos empregos. Em 2019, o primeiro plano de ação da EC foi totalmente concluído e foi adotado em 2020, pela Comissão Europeia. Inclui um Plano de Ação Global para a EC, confirmando que a UE continuará a liderar o caminho para uma economia circular ao nível global e a utilizar a sua influência, experiência e recursos financeiros para implementar a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável na UE e além. O novo Plano de Ação para a EC é um dos pilares do Pacto Ecológico Europeu (ou Acordo Verde Europeu)¹ A nova agenda da Europa para o crescimento sustentável.

De acordo com o relatório “Paving the way for a circular economy: insights on status and potentials”, publicado pela Agência Europeia do Ambiente, os regulamentos são insuficientes. Muitos governos afirmam que estão a trabalhar na adoção de iniciativas de EC, no entanto, os regulamentos utilizados são basicamente para reciclagem, recuperação de energia e gestão de resíduos, enquanto a EC é muito mais do que isto, tal como, a reutilização e o design ecológico. Adicionalmente, há que considerar as mudanças políticas que ocorrem num país – sejam muitas ou poucas durante um período de tempo – resultando na alteração de iniciativas políticas em todos os setores, incluindo a EC. Periodicamente, houve alterações nas prioridades com base nos resultados eleitorais e nos novos governos em muitos – se não em todos – dos países da UE.

Para explorar o ambiente político, um operacional de uma PME deve procurar saber qual a atual política da União Europeia em matéria de EC, para compreender a sua posição relativamente ao país onde funciona. Neste sentido, é importante ler e compreender o novo Plano de Ação Circular da UE e, mais especificamente, as ações

¹ https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en

(https://ec.europa.eu/environment/pdf/circular-economy/implementation_tracking_table.pdf) e as Áreas Políticas aplicáveis ao setor específico ([Químicos](#), [Economia Circular](#), [Economia Circular ao nível global](#), [Indústria](#), [Plásticos](#), [Desenvolvimento sustentável](#), [Resíduos e reciclagem](#)). Isso permitirá que o operacional da PME responda às seguintes questões essenciais:

- O país onde o estabelecimento está localizado tem alguma regulamentação sobre a EC? Se sim, o regulamento é aplicável ao tipo de organização e indústria?
- Existe uma agência governamental que orienta as PME e visa promover a EC e ajudar as empresas na sua transição de um modelo linear para um modelo circular? Se sim, procure a Agência ou Organização adequada para obter a ajuda necessária.

Adicionalmente, o operacional das PME deve procurar oportunidades de financiamento nacionais, pelas quais o governo nacional é responsável e/ou oportunidades de financiamento da UE, pelas quais a UE e o governo nacional são responsáveis.